



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

N.º 01/2021

Primeiro outorgante: Município de Coimbra, pessoa coletiva n.º 506 415 082, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Manuel Augusto Soares Machado

Segundo outorgante: Associação Cristã da Mocidade de Coimbra, pessoa coletiva n.º 501 089 926, neste ato representado pelo Presidente da Direção, Fausto Martins de Carvalho.

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente Contrato-Programa nos termos e ao abrigo dos artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto); do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro (Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo); das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada em 26/04/2021 com base na Informação de 12/04/2021 (MGD n.º 16936/2021) e com registo sequencial de compromisso n.º 42562, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objecto do contrato

Constitui objeto deste Contrato-Programa a atribuição de apoio financeiro no âmbito do Regulamento Municipal de Reabilitação de Infraestruturas Desportivas com o objetivo de melhorias de espaços de prática desportiva (pisos de prática desportiva) e das infraestruturas de apoio (balneários e acessos às diferentes áreas de prática).



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Cláusula 2.ª

Obrigações do Município

No âmbito do presente Contrato Programa e de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 4º do Regulamento Municipal de Reabilitação de Infraestruturas Desportivas, constitui obrigação do Município de Coimbra, para cumprimento do referido na cláusula 1ª, a:

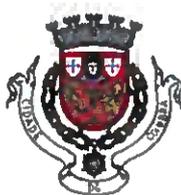
1. Atribuição de apoio financeiro no montante de 100 000,00€ (cem mil euros).
2. A liquidação do apoio financeiro será em prestações nos seguintes moldes:
 - a) Primeira prestação, de 30%, por adiantamento, após confirmação da consignação dos trabalhos;
 - b) Segunda prestação, de 70%, após confirmação de execução dos trabalhos.

Cláusula 3.ª

Obrigações da Associação Cristã da Mocidade de Coimbra

Constituem obrigações do segundo outorgante:

1. Comunicar ao 1º Outorgante que a obra não se encontra sujeita a controlo prévio se não for alterada a forma e a geometria da mesma;
2. Sujeitar ao 1º Outorgante em caso de aplicação do mecanismo referido no número anterior e previamente, o licenciamento nos termos do RJEU;
3. Cumprir o estipulado do artigo 275º do Código de Contratos Públicos;
4. Produção/colocação em lugar de destaque, no local de intervenção, a identificação do apoio da Câmara Municipal de Coimbra à obra, com base na imagem e dimensão a enviar pelo Município de Coimbra;
5. Enviar ao 1º Outorgante o relatório de execução final do contrato-programa, até à data de vigência do presente contrato;
6. Colaborar graciosamente com o 1º Outorgante e com outras instituições desportivas de Coimbra, a indicar pelo 1º Outorgante, em ações desportivas de interesse municipal;
7. Colocar o logotipo em uso da Câmara Municipal de Coimbra em todas as atividades publicitadas pelo 2º Outorgante;



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Cláusula 4.ª

Programa de desenvolvimento desportivo

Os apoios referidos na cláusula 2.ª, correspondem ao Programa de Desenvolvimento Desportivo referente à época desportiva 2019/2020, candidatado pelo 2.º outorgante.

Cláusula 5.ª

Acompanhamento e controlo do contrato-programa

Compete ao Município fiscalizar a execução do presente Contrato-Programa, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução.

Cláusula 6.ª

Vigência

O Contrato-Programa entra em vigor a partir da data da sua assinatura, decorrendo o seu período de vigência até ao final do ano de 2022.

Cláusula 7.ª

Revisão do contrato-programa

Qualquer alteração ou adaptação ao presente Contrato-Programa carece de prévio acordo do Município, a prestar por escrito, sem prejuízo do disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula 8.ª

Resolução do contrato

O presente Contrato-Programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo Município, caso o 2.º outorgante deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e, bem assim, de entregar atempadamente os documentos que lhe sejam solicitados pelo Município no decurso da execução do mesmo.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Cláusula 9.ª

Publicitação do apoio

O presente Contrato-Programa está sujeito à publicação nos sítios de Internet do Município e da Inspeção-Geral de Finanças, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, e da Lei n.º 64/2013 de 27 de agosto, confirmado pelo Despacho n.º 1169/2014 do Ministério das Finanças, datado de 24 de janeiro.

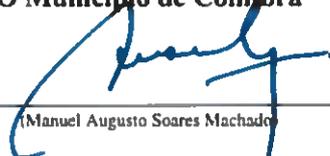
Cláusula 10.ª

Disposições finais

As questões omissas regem-se pelas disposições legais aplicáveis.

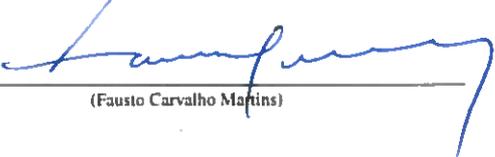
Este Contrato-Programa foi feito em duplicado no dia 2 de junho de 2021, ficando um exemplar na posse de cada um dos outorgantes.

O Município de Coimbra



(Manuel Augusto Soares Machado)

Associação Cristã da Mocidade de Coimbra



(Fausto Carvalho Martins)